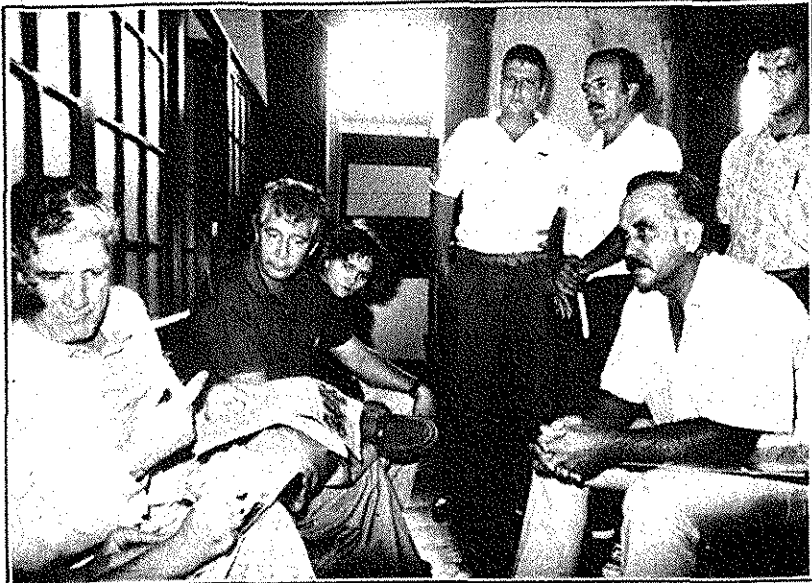


Clima é tenso na Transcarnetá; produtores exigem providências

PAULA SAMPAIO

Os índios Assurini interromperam o tráfego à altura do KM-20. Produtores rurais da área estão com medo e cobram uma solução do governo.



A comissão diz que os prejuízos são incalculáveis.

O presidente da Cooperativa Vale Tocantins e representante da Associação dos Produtores Rurais de Tucuruí, o fazendeiro Antônio Carlos Nogueira Pimentel confirmou ontem que o clima é bastante tenso no município de Tucuruí, à altura do km-20 da rodovia Transcarnetá, após a interrupção do tráfego de veículos pelos índios da reserva Assurini. Acompanhado de outros 39 fazendeiros, Antônio Carlos chegou ontem a Belém para entregar uma carta ao governador do Estado, na qual informa que o problema persiste há muito tempo e até agora nenhuma providência foi tomada para solucioná-lo. Os fazendeiros esperam por toda manhã para pedir proteção policial ao governador, mas este não compareceu ao Palácio Lauro Sodré.

A rodovia PA-156 — Transcarnetá que liga Tucuruí a Cametá — corta 10 quilômetros da reserva dos índios Assurini, que possui 260 quilômetros quadrados. Em setembro do ano passado, os indígenas derrubaram a ponte que passa sobre o rio Trocará, à altura do km-20, como o intuito de pressionar o Governo do Estado a pagar a indenização pela construção da estrada em suas terras, na década de 70. Na época, os fazendeiros e trabalhadores rurais, impedidos de recuperar a ponte, construíram uma pequena balsa com capacidade para transportar pessoas e carros leves, a fim de escoar a produção de Tucuruí para os municípios vizinhos.

Índios armados

Segundo Antônio Carlos Pimentel, os Assurini, "totalmente embriagados e armados com cartucheiros de calibre 20", estavam entrincheirados desde anteontem em torno do rio Trocará, protegendo os seis índios

encarregados de cobrar um "pedágio" de Cr\$ 2 mil por pessoa pela travessia na balsa. Além da cobrança do pedágio, os criadores de animais estariam obrigados a pagar Cr\$ 1 mil por cada cabeça de gado na hora da travessia. A margem do rio, até uma tabela de preços teria sido afixada pelos índios.

Ontem, porém, os Assurini, revoltados, interromperam totalmente a passagem pelo rio. "Eles também compraram todo o estoque de armas e munição de uma loja da cidade. Os trabalhadores rurais de Tucuruí já não sabem o que fazer. Se não forem tomadas providências imediatas, um conflito armado será imprevisível", afirma o fazendeiro.

Em março passado, conta Antônio Carlos Pimentel, o vice-governador do Estado visitou a região e atestou pessoalmente a iminência de um conflito: "Não entendo por que nada foi feito para resolver a questão". Os secretários estaduais de Transportes e de Agricultura receberam, em junho, um ofício de entidades da região solicitando providências, mas até hoje não deram nenhuma resposta. O fazendeiro acusa o representante da Fundação Nacional do Índio no município de ser o

"mentor intelectual" do incidente.

Prejuízos incalculáveis

Os prejuízos com a interrupção do tráfego, sustenta Antônio Carlos Pimentel, são incalculáveis. "Todo o abastecimento de Cametá, Moca Juba e Baião, por exemplo, depende do escoamento dos produtos que é feito através da rodovia". Segundo Antônio Carlos, somente um fazendeiro perdeu, ontem, mais de 700 metros cúbicos de madeira de lei porque não pôde atravessar o rio. A área ao redor do rio Trocará, informa, se tornou um verdadeiro depósito de ferro-velho: "Os caminhões ficam retidos ali e suas peças, sem manutenção, acabam enferrujando".

Segundo ele, os índios estão saqueando as fazendas, matando o gado para alimentar a tribo e intimidando os produtores rurais. O fazendeiro Sérgio Ricardo Modesto, membro da comissão, conta que foi cercado, ontem, pelos índios que guardam o rio e obrigado a pagar Cr\$ 12 mil para que o caminhão que dirigia não ficasse retido. O produtor Jacinto Baia Lemos, que se recuperava de uma malária no último domingo, conta que teve sua fazenda invadida e saqueada pelos índios. "Minha casa quase foi ao chão", disse.

Para Funai, indignação é justa

O superintendente regional da Fundação Regional do Índio, Salomão Santos, previu ontem que os danos ambientais causados na área indígena Trocará, do grupo Assurini, já são incalculáveis e podem se tornar irreversíveis, se não forem atendidas com urgência as reivindicações da comunidade, que há anos está esperando pelo pagamento de indenização decorrente da abertura da rodovia Transcarnetá, que liga Tucuruí a Cametá e atravessa a reserva bem ao meio, numa extensão de 9 km.

Nos últimos dias, segundo informações transmitidas à Funai, em Belém, pelo administrador regional substituído do órgão em Marabá, José Luís Montenegro, os índios Assurini passaram a cobrar "pedágio" dos motoristas que passam pela estrada, no trecho que corta a reserva, e também já controlam o tráfego de veículos numa balsa que, precariamente, substitui a ponte sobre o rio Trocará, incendiada em julho do ano passado.

"A Funai lamenta que tudo isso esteja acontecendo, mas reconhece como justa a indignação dos índios, que há muitos anos esperam por uma solução que nunca chega e que não depende, é bom que se ressalte, da própria Funai, que não construiu a estrada e, como os índios, não foi ouvida quando a rodovia foi aberta pelo governo do Estado, ainda na década de 70", disse Salomão Santos.

Segundo o superintendente, a persistir esta indefinição sobre o pagamento da indenização que aos índios, aumentará não apenas o clima de tensão na área, já que a rodovia é vital para o deslocamento de pessoas e a movimentação de carga entre Tucuruí e Cametá — dois dos mais importantes municípios da região tocantina —, como a agressão ao meio ambiente vai se agravar. "Com a estrada aberta bem no meio da reserva, esta fica ainda mais exposta aos invasores, possibilitando uma nova situação de conflito. Além disso, a flora passa a ser destruída, afugenta-se a caça e, com tudo isso, a própria sobrevivência da comunidade fica ameaçada, de vez que manter a integridade do habitat dos índios é imprescindível para preservar a cultura de cada grupo", diz Salomão.

Desde que a rodovia Transcarnetá foi aberta, os índios Assurini, através da Funai, já tentaram receber a indenização várias vezes, mas nunca tiveram êxito. Em agosto do ano passado, depois que a ponte foi incendiada, a Funai encaminhou expediente à Secretaria de Estado de Transportes, pedindo "indenização financeira total pelos prejuízos que surgem progressivamente à fauna e flora" da área indígena Trocará, a partir da abertura da rodovia.

Depois desse expediente, chegou a ser elaborado um termo de compromisso entre a comunidade Assurini,

assistida pela Funai, e a Secretaria de Transportes, que se comprometia a indenizar os índios com Cr\$ 23,1 milhões. Esse pagamento chegou a ser autorizado pelo governo anterior, mas foi sustado porque a Procuradoria Geral do Estado entendeu que deveriam ser obedecidos, primeiro, alguns "preceitos legais".

Já em abril deste ano, a Funai encaminhou outro telex à Secretaria de Transportes, reiterando a solicitação para o pagamento aos índios. Dois novos expedientes foram enviados à Setran no mês de julho, um no dia 11 e outro no dia 19, mas, como das vezes anteriores, a Funai não obteve qualquer resposta.

Em reunião realizada em abril, os índios Assurini do Trocará resolveram abrir mão da indenização em dinheiro e também não mais reivindicam a construção de um ramal ligando a rodovia ao posto indígena. Mas exigem, entre outras coisas: construção de 42 residências em madeira, construção de 4 poços d'água, de uma escola-residência e de uma farmácia-residência, além da doação de um motor de popa e uma voadeira. Há, também, uma reivindicação que a comunidade considera fundamental: que todos os nove quilômetros de rodovia que cortam a reserva tenham cerca dos dois lados, para impedir principalmente que boiadas se percam dentro da área e que ocorram invasões.